



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0209909-8

APELANTE: WILLIAMS VIEIRA DA SILVA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO -
AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT
- PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - PRAZO
PRESCRICIONAL - TERMO INICIAL - DATA EM QUE O
SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA
INCAPACIDADE LABORAL - RECURSO PROVIDO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, de forma a anular a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, para o regular prosseguimento do feito, conforme votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste aresto. Julgamento ocorrido em 18.05.2010.

Recife, 18 de Maio de 2010

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

142
188

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0209909-8

APELANTE: WILLIAMS VIEIRA DA SILVA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 107/109, cujo relatório adoto, proferida nos autos da ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório – DPVAT, pela qual o MM. Juiz sentenciante reconheceu a ocorrência da prescrição, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. IV, do CPC, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da causa, observado o disposto no art. 12 da Lei n. 1060/50.

Inconformado, aduz o autor (fls. 120/123), em resumo, que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é a data em que foi constatada a invalidez permanente pela vítima do acidente automobilístico, o que só ocorreu, na espécie, quando da realização da perícia traumatológica pelo Instituto de Medicina Legal – IML. Assim, invocando jurisprudência em apoio a sua tese, conclui postulando o provimento do recurso, de forma a ser afastada a prescrição e julgada procedente a presente demanda.

A ré/apelada apresentou contra-razões (fls. 133/140), pela manutenção da sentença.

O recurso é tempestivo, não tendo sido recolhido o preparo, por estar o autor amparado pelo benefício da gratuidade.

É o relatório.

Não havendo revisão, vez que a causa é de procedimento sumário (art. 551, § 1º, do CPC), inclua-se o feito em pauta.

Recife, 09 de abril de 2010. Des. Eduardo Augusto Paurá
Peres, Relator

Eduardo Augusto Paurá Peres
AC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

153
189

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0209909-8

APELANTE: WILLIAMS VIEIRA DA SILVA

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a).

Centra-se a controvérsia recursal em torno de quando começa a contar o prazo prescricional da pretensão de cobrança da indenização do seguro obrigatório – DPVAT na hipótese de invalidez permanente.

Entendo que assiste razão à apelante.

Nesta hipótese, o termo inicial do prazo prescricional é a data que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, estando esse entendimento refletido, inclusive, no enunciado n. 278 da súmula do E. STJ, que consigna:

"O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral".

Dessa forma, não é possível considerar a data do acidente como termo inicial, pela simples razão de que as lesões demandam tempo de tratamento e de recuperação, até que seja possível a constatação das seqüelas incapacitantes permanentes.

154
1

190

No caso em apreço, o único documento que retrata a incapacidade alegada nos autos é o de fl. 20, quer dizer, o laudo pericial produzido pelo IML, datado de 22/10/2007. Sem prova em contrário, desta data deve passar a fluir o prazo prescricional trienal previsto no art. 206, inc. IX, do Código Civil.

Tendo a petição inicial do apelante sido distribuída em 21/07/2009, não há falar-se em prescrição.

Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO- DPVAT. PRESCRIÇÃO. NÃO RECONHECIMENTO. APLICABILIDADE DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA REFORMADA.

1 - O TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO TRIENAL PREVISTO NO ART. 206 DO CÓDIGO CIVIL DEVE CORRESPONDER À DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL, NOS TERMOS DA SÚMULA 278 DO STJ.

3 - PARA FINS DE FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO A TÍTULO DE SEGURO DPVAT, DEVE SER APLICADA A LEI VIGENTE NO MOMENTO DO ACIDENTE QUE OCASIONOU A INVALIDEZ PERMANENTE.

4 - INAPLICÁVEL A LIMITAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR ATO NORMATIVO DE HIERARQUIA INFERIOR, AINDA QUE EDITADA PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, SE A LEI Nº 6.194/74 SOBREPÕE-SE ÀS INOVAÇÕES QUE DESBORDAM DOS LIMITES LEGAIS IMPOSTOS.

APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA". (TJDFT, Apelação n. 0134811-78.2007.807.0001, Relator Des. ANGELO PASSARELI, 2ª Turma Cível, j. 28/10/2009).

"APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. CIÊNCIA DA INVALIDEZ. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E O DANO COMPROVADO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. APELO PROVIDO PARA DESCONSTITUIR A SENTENÇA". (TJRS, Apelação Cível N. 70034354365, Rel. Des. Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, 6ª Câmara Cível, j. em 03/02/2010).

"SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - Indenização - Na hipótese de invalidez permanente, o termo inicial da

155
191

prescrição recai não na data do acidente de trânsito, mas na data da ciência, pelo interessado, da consolidação da lesão - Súmula 278 do STJ - Recurso provido para o fim de anular a r. sentença de primeiro grau, que extinguiu o feito em decorrência do reconhecimento da prescrição, para que outra se profira após dilação probatória". (TJSP, Apelação n. 992070598222, Rel. Des. Carlos Nunes, 33ª Câmara de Direito Privado, j. em 22/03/2010). (Grifei).

Como a perícia do IML não afirma categoricamente a invalidez do autor, é necessário o retorno dos autos à primeira instância, para que haja dilação probatória, visando a comprovar a invalidez permanente.

Ante o exposto, voto para prover o apelo, de forma a anular a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, para o regular prosseguimento do feito.

É como voto.

Recife,

18 de Maio de 2010
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator